

## Editorial

A publicação número 47 da Roteiro é dedicada a um querido professor e pesquisador (*in memoriam*) da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), à qual este periódico encontra-se filiado. Refiro-me ao professor Dr. Paulino Eidt, que nos deixou prematuramente, em 05 de outubro de 2021, em decorrência de uma grave doença contra a qual lutou durante os últimos dois anos de sua vida. Estudioso e investigador atuante no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), professor Paulino era uma pessoa de sorriso largo e fácil.

Resultado de sua tese de Doutorado defendida em 2006, a obra *Os sinos se dobram por Alfredo*, publicada em 2009, pode ser considerada a mais importante de sua trajetória investigativa. Essa obra foi resenhada por Monica Tessaro e retrata a vida de muitos que, como Paulino, tiveram suas raízes fincadas na região Extremo-Oeste do estado de Santa Catarina.

Construída por meio de uma narrativa que conta como, sobre a influência da cultura alemã, do catolicismo e dos interesses de desenvolvimento econômico da região, os imigrantes constituíram suas subjetividades, sua cultura e seus modos de ver e conceber a realidade, a obra constitui um legado da história da colonização da região, pelos alemães que lá se instalaram após a primeira guerra mundial. Dada sua importância, é considerada uma leitura obrigatória para estudantes da educação básica daquela região enaltecendo o importante legado do professor Paulino para as futuras gerações oestinas.

A capa dessa obra está retratada no presente volume da Roteiro, que também conta com uma resenha na seção *Artigos de demanda contínua*.

O volume 47 da Roteiro conta, ainda, com três seções temáticas. A primeira delas, *Políticas públicas, educação especial e processos de inclusão: perspectivas críticas*, é composta por sete artigos, uma entrevista e uma resenha em que seus autores procuram contribuir com o debate sobre o tema da educação especial, a partir de perspectivas teórico-metodológicas fundamentadas especialmente em Vigotski. É o caso, por exemplo, do artigo de Freitas e Costas, que discute a influência dos processos compensatórios e da subjetividade na aprendizagem de pessoas com dislexia, utilizando-se da teoria histórico-cultural.

Cenci e Bastos, por sua vez, desenvolvem um ensaio teórico a partir das contribuições vigotskianas. Em seu texto, propõem formas de organização do ensino em uma dimensão inclusiva por meio de um planejamento colaborativo, como a construção de uma síntese dialética entre o planejamento individual e o coletivo.

Voltando a atenção para o período pandêmico, o autor Joaquim Colôa propõe uma reflexão sobre as contradições entre os discursos de inclusão e as desigualdades sublinhadas pela pandemia em Portugal. Em seu artigo, Colôa defende a ideia de que o período pandêmico, vivenciado em um contexto mundial, asseverou as desigualdades, a exclusão social e a pobreza.

Por sua vez, Rangel e Victor efetuam um levantamento da produção de teses e dissertações sobre o desenvolvimento da linguagem escrita de crianças com deficiência visual. Constatam o deslocamento de antigos modelos teórico-metodológicos e seu reposicionamento em vertentes alinhadas à ideia de humanização dos estudantes com deficiência visual.

Utilizando a teoria histórico-cultural para uma análise da política educacional cubana, Serrano e Silva sustentam que, naquele país, a educação especial tem como referencial metodológico os conceitos vigotskianos da estrutura de defeito, compensação e zona de desenvolvimento proximal. Para as autoras, essa metodologia permite a inclusão de alunos especiais na escola comum.

Sustentada na psicologia histórico-cultural e na pedagogia histórico-crítica, Rossetto e Castro propõem uma discussão sobre a teoria da prática e a sua relação com o psiquismo humano. As análises das autoras tomam como aporte empírico o Referencial Curricular do Paraná (2018) e as semanas pedagógicas realizadas em 2010, 2018 e 2019 naquele estado. Constatam a prevalência de um sistema de ensino que focaliza competências restritas e imediatas, limitadas a uma prática circunstanciada ao cotidiano.

Rodrigues também aborda a educação escolar durante a pandemia e propõe uma discussão sobre o direito à educação, o ensino remoto e a desigualdade social. Suas análises voltam-se às medidas implementadas durante a pandemia pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo e reiteram a necessidade de ampliação do direito à educação mediada por um projeto de inclusão que suplante os interesses do capital.

A segunda seção temática do volume 47, *Educação do campo: análises e resistências em movimento*, é constituída por quinze artigos, uma entrevista e uma resenha, que abordam a problemática da modalidade educação do campo em diferentes contextos.

O artigo de Schneider e Silva trata da licenciatura em educação do campo da Universidade Federal de Tocantins, campus de Arraias. Defendem a interlocução entre o ensino de artes visuais e o de educação do campo tendo em vista a compreensão do estágio curricular como práxis que pode potencializar a formação docente em artes visuais e em educação do campo.

Em seu artigo, Molina e Santos destacam o papel do Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec) enquanto agente político organizador, formador e mediador das lutas travadas pelos movimentos sociais, sindicais e pelas organizações populares do campo em

favor do direito à educação. Enfatizam as contribuições político-pedagógicas do Fórum na luta por políticas públicas para a educação do campo e na elevação da consciência política dos educadores sobre o direito à educação do campo.

Por sua vez, Santos e Paludo analisam os retrocessos na política de educação do campo no Brasil a partir do que denominam de o retorno da ortodoxia neoliberal. Para a autoras, com a investidura do projeto de desenvolvimento neoliberal, de ajuste fiscal, a educação do campo deixou de ser uma prioridade para o Estado.

Tendo como campo empírico duas universidades públicas, Chaves, Dalvi e Santos desenvolvem um estudo comparativo entre os projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura em educação do campo da Universidade Federal do Espírito Santo e da Universidade de Brasília e apontam algumas contradições e lacunas dos cursos na constituição de um projeto destinado à formação do campesinato no contexto da luta de classes.

Tomando o contexto internacional como foco, Battestin, Vergara e Simões focalizam a formação de professores indígenas na educação do campo, do Brasil e do Chile, evidenciando as relações entre território e territorialidade. Defendem que a educação do campo fundamentada na abordagem territorial pode ser um espaço capaz de atribuir significados e sentidos às trajetórias de vida dos povos originários de países da América Latina, marcados projetos de dominação.

Em uma dimensão teórica, Titton busca contribuir com o debate sobre as consequências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) na formação de professores para as escolas do campo no Brasil. Busca evidências, contrastando os documentos normativos com a proposta formativa defendida por professores vinculados aos movimentos sociais. Conclui reconhecendo a necessidade de aprofundamento das reflexões sobre o tema.

Também focalizando a dimensão teórica, Marques e Castela examinam a relação espaço-tempo social em Henri Lefebvre destacando o potencial do modelo teórico de um direito ao campo, a partir de uma análise de cunho etnográfico sobre práticas educativas cotidianas no espaço rural português onde, segundo os autores, não existe uma distinção expressiva no ensino formal em relação ao direito ao campo.

Voltando seus olhares para uma análise comparativa entre a realidade brasileira e a da Argentina, Pinto e Oliveira focalizam a luta pelo território, mediada pelo trabalho, enquanto eixo central das lutas pelo território nos processos educacionais dos camponeses. Finalizam retomando a importância do diálogo entre organizações camponesas de diferentes países na construção da educação do campo e na luta pela terra.

Com o olhar voltado para os efeitos da pandemia na organização do trabalho docente para a educação do campo, Moreira e Santos desenvolvem um estudo sobre o papel das políticas públicas no município de Riacho de Santana, Bahia. Finalizam concluindo que, além de ampliar os dilemas já existentes, a pandemia da Covid-19 projetou o desafio de (re)invenção do fazer docente na educação do campo em uma conjuntura de crise na educação pública, com desarticulações entre políticas educacionais e o novo contexto.

Amaral e Jesus focalizam seu artigo na análise do processo ensino-aprendizagem em uma sala multisseriada de uma escola do campo situada no município de Linhares, Espírito Santo. Abordam o tema por meio dos conceitos de conhecimentos relevantes e de aprendizagem numa perspectiva crítica libertadora, de Paulo Freire.

Também se utilizando das ideias de Paulo Freire, Rocha e Ghiggi discutem o conceito de interdisciplinaridade na formação inicial de professores da educação do campo. Na direção desse conceito, propõem um processo formativo a partir das categorias de diálogo, totalidade e alteridade mobilizadas por meio de temas geradores.

Tomando o conceito de interculturalidade como vetor analítico, Schnorr, Camargo e Herrera discutem as contribuições da filosofia intercultural proposta por Raúl Fornet-Betancourt e da pedagogia libertadora de Paulo Freire como alternativa para a formação filosófica de sujeitos do campo. Os autores defendem que a aproximação com essas duas perspectivas filosóficas possibilita a construção de conhecimentos de forma colaborativa, favorecendo o exercício de saberes memoriais, de narrativas biográficas e da história de territórios camponeses em diálogo com a história da filosofia e da educação na América Latina.

Em atenção aos saberes ancestrais dos povos Andinos, Bonatti, Paim e Huáman discutem as cosmologias originárias dos povos Andinos e Kaingang, aproximando-as da educação do campo. Destacam que a presença dos colonizadores na América Latina transformou o modelo de produção e reconfigurou as relações espaço-temporais do ser humano com a natureza.

Conte, por sua vez, aborda a relação entre a educação do campo e os movimentos sociais, por meio de uma revisão bibliográfica sistemática do tipo metassíntese sobre a produção de conhecimento no campo. Utilizando o recorte temporal de 1998 a 2019 para o levantamento de artigos publicados no Periódicos CAPES, a autora analisa 16 artigos publicados no período agrupando-os em temáticas afins assim constituídas: educação do campo, movimentos sociais e ensino; educação do campo, movimentos sociais e política pública; e, por fim, educação do campo, questão agrária, concepções e projetos. Destaca que, assim como a educação do campo está para os movimentos sociais, também está para a política pública.

A política educacional é tema abraçado por Azevedo, Queiroz e Souza ao buscar compreender a influência do escolanovismo na educação do campo, por meio da análise do Programa Escola Ativa, criado em 1990 para atender turmas multisseriadas em escolas do campo. Destacam que, após 20 anos de execução, o Programa foi extinto sem que houvesse uma avaliação da política que o concebeu, evidenciando um ciclo de discontinuidades de programas e projetos destinados à educação do campo.

Para fechar esta seção temática, temos a entrevista desenvolvida por Hildegard Susana Jung com o professor Omer Batuu Batubenge, da Universidad de Colima, México. A entrevista versa sobre a escola do campo como um direito legítimo das pessoas que lá vivem. Também traz uma resenha elaborada por Leonardo Dorneles Gonçalves sobre a coletânea *Diálogos sobre políticas educacionais: resistências na educação do campo*, organizada por Arlete Ramos dos Santos, Tatyenne Gomes Marques, Maria Raquel Caetano e Maria Monielle Salamim Cordeiro Monteiro.

Por fim, a terceira e última seção temática deste volume traz 15 publicações, sendo 12 artigos científicos, uma apresentação, uma entrevista e uma resenha, versando sobre *O ensino da didática na formação de professores*. A abordagem desse tema, pelos autores que compõem esta seção, tem como foco a sistematização de reflexões em torno do Ensino Remoto Emergencial (ERE) no período da pandemia de SARS-CoV-1. As informações que orientam o debate foram coletadas junto a estudantes de cursos de licenciatura, em instituições públicas de Ensino Superior situadas nas cinco regiões do país. Completam a seção cinco artigos de autores estrangeiros, que abordam questões atinentes ao currículo, uma entrevista e uma resenha.

Encabeça a seção o artigo de Pontes, Gomes e Leite. Nele, as autoras analisam, em uma perspectiva crítico-dialética, as percepções de estudantes de cursos de licenciatura da região Sudeste sobre o ensino da didática no período pandêmico. Concluem, a partir dos dados coletados por meio de um questionário, que prevalece entre os respondentes a compreensão acerca da relevância da disciplina de didática nos cursos de licenciatura e dos professores desta disciplina a função de propulsores do processo de ensino-aprendizagem que se volta para a formação profissional crítica e cidadã.

O texto de Libâneo, Suanno e Almeida, por sua vez, analisa a percepção de estudantes de cursos de licenciatura de dez instituições públicas da região Centro-Oeste, sobre o ensino da didática durante a pandemia. Evidenciam a necessidade de repensar o seu ensino nos cursos de formação de professores, considerando especialmente a persistência de uma visão instrumental desse campo de conhecimento.

Tomando também a região Centro-Oeste como recorte geográfico, Echalar e Alonso propõem um debate sobre os desafios, os dilemas e as possibilidades do uso das tecnologias

digitais durante o período pandêmico. Evidenciam a necessidade de uma discussão mais ampla e aprofundada sobre a educação híbrida e reconhecem a importância do uso das tecnologias digitais nos processos educativos.

Feldkercher e Nörnberg, por sua vez, trazem percepções de estudantes de cursos de licenciatura de universidades federais do Sul do Brasil sobre o ensino da didática no modo remoto desenvolvido durante a pandemia, considerando-se tanto as condições dos estudantes para sua participação nas atividades pedagógicas, quanto as especificidades do ensino de didática. Destacam desafios enfrentados pelos estudantes nas aulas remotas, o impacto emocional da pandemia nas atividades de ensino e aprendizagem e a necessidade de introduzir o uso das tecnologias na formação inicial e nas práticas pedagógicas dos professores. Concluem reforçando a necessidade de o ensino da didática, enquanto campo de conhecimento, construir outras formas de ensinar e de aprender, ampliando a compreensão sobre o uso educativo e pedagógico das tecnologias sem incorrer na instrumentalização.

Severo, Teixeira e Mascarenhas focalizam o ensino da didática na transição entre o período pandêmico e pós-pandêmico na região Nordeste do país. Apontam a dificuldade dos docentes no uso das tecnologias digitais, as lacunas nas relações interpessoais entre alunos e docentes e a prevalência de um processo colaborativo no desenvolvimento das aulas. Destacam, a partir dessas constatações, a necessidade de prospectar caminhos que reforcem a importância das relações interpessoais na construção do conhecimento, de promover a mediação ativa e intencional do docente no uso das tecnologias digitais e de reconhecer a aprendizagem como processo sobre o qual incidem determinantes psicossociais complexos, os quais devem ser considerados no planejamento contextualizado do ensino.

A partir de dados coletados junto a estudantes de licenciatura do Norte do país, Cabral e Faria destacam os desafios e as potencialidades vividas no ensino da didática durante o período de ensino remoto. Evidenciam a precariedade de condições objetivas e subjetivas dos estudantes para a participação nas atividades pedagógicas do ensino remoto, destacando a exaustão de estudantes e professores ao tentarem conciliar as atividades domésticas, acadêmicas e profissionais.

Focalizando os depoimentos de docentes universitários de diversas áreas de conhecimento sobre o planejamento didático das aulas remotas, Kenski e Kenski concluem que a cultura digital, em veloz transformação, requer formações didáticas digitais contínuas, para o uso das mais avançadas tecnologias, de acordo com os contextos e objetivos de ensino.

Em outra direção, Santos, Sales e Veloso apresentam os resultados de uma experiência de avaliação formativa on-line, realizada em um programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* durante o período pandêmico. Destacam que, assim como ocorreu nas demais

etapas e níveis de ensino, esses programas também precisaram se reinventar no período pandêmico. Evidenciam que, em espaços-tempos forjados nas interfaces de ambientes virtuais, também é possível criar práticas de avaliação processual e formativa.

Jaume Martínez Bonafe, da Universidad de Valencia, contribui com o debate por meio de uma reflexão sobre a escola como espaço público, considerando quatro dimensões: a epistemológica; a histórico-cultural; a política e, por fim, a pedagógica. Diante do incremento das racionalidades tecnocráticas, a burocratização, a influência crescente das ideologias neoliberais na sociedade e na educação e o apagamento dos referentes conceituais na defesa da democratização do conhecimento, o autor reforça que essas quatro dimensões devem estar na base de qualquer proposta de intervenção educativa destinada ao desenvolvimento de uma educação emancipadora.

José Tejada-Fernández, da Universidad Autónoma de Barcelona, propõe uma mudança de paradigma a partir do modelo curricular de formação por competências, de universidade do ensino para universidade do aprendizado. Com esse propósito, analisa o que considera ser algumas chaves para a seleção e o desenho de estratégias metodológicas e sequências didáticas de desenvolvimento curricular. Para o autor, as chaves para a mudança de paradigma curricular passam por uma atitude flexível diante das estratégias metodológicas do processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista que estas partem das exigências dos resultados de aprendizagem, das características do grupo de aprendizagem, do próprio conteúdo curricular e do contexto particular em que ocorre.

Manuel Fernández Navas e Noelia Alcaraz Salarirche, da Universidad de Málaga, efetuam uma análise sobre critérios profissionais e desenho didático para a formação de professores reflexivos. Desse ponto de vista, destacam as condições adequadas para potencializar as aprendizagens, a integração entre teoria e prática e as tarefas centrais para essa integração e a aprendizagem de conhecimentos teóricos que auxiliem o estudante a tomar decisões de forma prática. Concluem sobre a importância de reconstruir as teorias considerando-se seu uso prático.

Para concluir, Rocío Quijano-López, Óscar Gavin Chocano e Miguel Pérez-Ferra propõem uma análise genealógica da aplicação de processos interdisciplinares na didática das ciências experimentais e suas consequências sobre o processo educacional. Destacam três aspectos que, segundo eles, dificultam uma postura integradora dos objetos de conhecimento nas ciências experimentais: as deficiências formativas do professor em relação ao conhecimento meta-científico das ciências aplicadas; a falta de compreensão da didática geral enquanto uma microciência que deve andar em conexão com as tecnologias digitais; e a falta de conhecimento da filosofia, da ciência e da metodologia, consideradas pelos autores como um campo integrador nos processos interdisciplinares. Tendo em vista os aspectos apresentados, propõem a adaptação de planos de estudo em cursos de graduação,

mestrados e especializações, de acordo com as exigências educativas, e a colaboração científica entre filósofos, especialistas da ciência experimental, da didática e da organização escolar, para a construção de processos interdisciplinares nas ciências experimentais.

A entrevista que integra a seção foi realizada por Edileuza Fernandes Silva e Maria Alessandra Lima Moulin e versa sobre a didática na formação inicial de professores para a atuação na educação básica. A entrevistada é a Dra. Ilma Passos Alencastro Veiga, professora Emérita da Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília. Na entrevista, Veiga reafirma a complexidade da formação de professores e a necessidade de se repensar a didática para os cursos de licenciatura, na perspectiva de uma proposta inovadora para o campo disciplinar, fundamentada na pedagogia histórico-crítica.

Encerra os debates sobre o tema uma resenha da obra *Métodos e técnicas de ensino e aprendizagem para a Educação Superior: Cardápio Pedagógico*, de autoria de Cristina D'Ávila, publicada em 2021 pela Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba), e tem como resenhista Giovana Cristina Zen.

Além das três seções temáticas, o volume 47 traz, ainda, um conjunto de textos de demanda contínua e a resenha da obra de autoria de Paulino Eidt.

Trata-se, portanto, de um volume robusto, constituído por um conjunto vasto de publicações que versam sobre temas variados, de modo a atender leitores e pesquisadores com interesses temáticos distintos.

Convidamos leitores, autores e demais interessados a visitar a página na web e navegar neste e nos demais volumes que compõem as publicações anuais da Roteiro.

Os Editores

Recebido em 13 de junho de 2023.

Aceito em 13 de junho de 2023.